

Comissão Temática para os Assuntos Consulares e da Participação Cívica e Política

Acta 4 – 21/01/2025 Reunião Virtual

Conselheiros Presentes:

- José Duarte Alves (Brasil);
- Márcia Sousa (EUA);
- Cândida Melo (Alemanha);
- Sara Fernandes (Austrália)
- Rui Ribeiro Barata (França)
- Alexandre Dos Santos (África do Sul)
- Maria Fátima De Pontes (Venezuela)

Local e Hora: Reunião Virtual na plataforma Skype
Início dos trabalhos: 21h00 (Hora de Lisboa)

Ordem dos Trabalhos

1. Boas Vindas pelo Presidente da CT
2. Aprovação da Acta 3 de 11/12/2024
3. Debate sobre a reunião online do dia 14/01/2025 com os membros cessantes da anterior CT da CCPCP
4. Discussão sobre as respostas dadas pelo Presidente do Conselho Permanente às recomendações enviadas no mês de novembro 2024
5. Outros Assuntos
6. Data da próxima reunião com proposta de alteração do dia da semana para as futuras reuniões.

1. Boas Vindas pelo Presidente da CCPCP

O Presidente Rui Barata saudou e agradeceu a presença de todos os membros desta Comissão Temática, desejando um trabalho colectivo frutífero, e felicitando todos os membros pelo sucesso alcançado na realização regular das reuniões desta CT.

2. Aprovação da Acta de 11/12/2024

2.1 Estiveram presentes à reunião todos os membros que compõem esta Comissão Temática, constituindo-se por isso o devido quorum.

2.2 A Acta da Reunião de 11/12/2024 foi apreciada e aprovada com as seguintes emendas:

- No ponto 5.1 (Outros Assuntos), Sara Fernandes chamou a atenção para o facto de a sua intervenção não ter sido devidamente registada,

tendo antes querido salientar que abordou o assunto como se tratasse de um pedido de autorização ao grupo, tendo sempre em mente seguir os devidos canais.

3. Debate sobre a reunião online do dia 14.01/2025 com os membros cessantes da anterior CT da CCPCP

3.1- Este assunto mereceu intenso debate e plena participação, destacando-se a seguir os pontos mais relevantes:

3.1.1 – A reunião foi considerada muito positiva, interessante e reveladora, tendo sido afluídos aspectos e sugestões que a CT deve estudar, designadamente nalgumas áreas que até agora não tinham sido contempladas.

3.1.2 – A CT terá que elencar de forma criteriosa as prioridades no seu Plano de Actividades, sobretudo no tocante às reuniões anuais em Lisboa que duram apenas 2 dias. A CT cessante privilegiou esta acção no seu PA, do qual se registaram bons sucessos. Há que focar essencialmente sobre as necessidades das nossas comunidades

3.1.3 – O CCP tem de criar maior visibilidade tanto na sociedade portuguesa, como nas comunidades espalhadas pelo mundo. A sociedade civil não está muito virada para as comunidades residentes fora do país, e mesmo a nível governamental e parlamentar apenas a SECP tem privilegiado o trabalho do CCP. Exceptuam-se contudo casos pontuais onde o relacionamento com o corpo consular e diplomático nalguns países tem sido louvável e digno de registo.

3.1.4 – A ligação com o Conselho Permanente deve ser reforçada e não limitada a trocas de informação e regular elaboração e envio de relatórios. Há que manter e garantir o apoio ao Presidente do CP e seus membros, afim de enriquecer o trabalho do CCP sem, contudo, nos exirmos do direito à crítica construtiva, e à exigência de resposta às nossas interpelações e comunicações (facto que no mandato da CT anterior nem sempre ocorreu). Será importante de igual modo contarmos com a ajuda e assistência de outros membros do CP, designadamente do Vasco de Abreu, membro da CT cessante.

3.1.5 – Em matéria de contactos e reuniões com as várias entidades públicas, sugeriu-se que se deve abordar o MNE, Min Justiça, CRCentrais, AMA, Presidência da República, SE Modernização, Ministério das Finanças, Partidos Políticos e Comissões Permanentes da AR, à semelhança do que foi visado pela CT cessante.

3.1.6 – A lei 66-A, com todas as suas lacunas, foi o melhor que se pôde obter, a despeito das objecções do CCP que não foram havidas em conta durante a discussão e debate do projecto-lei, pelo que há que prosseguir com o pleito atentando nas suas omissões e insuficiências.

3.1.7 – O debate sobre o número de deputados representativos da emigração, bem como a forma do seu voto (presencial, electrónico e postal) deve manter-se e revigorar-se, visto que se trata de duas das mais importantes reivindicações e anseios das nossas comunidades.

3.2 - Face ao exposto, vários membros desta CT apresentaram sugestões e recomendações para o futuro trabalho desta CT, a saber:

3.2.1 – Há que se elaborar urgentemente uma lista de prioridades, escolhendo os pontos considerados mais importantes, urgentes, viáveis/exequíveis. Importante estudar temas que podem ter soluções mais prováveis, sem correr o risco de tudo se apresentar ao mesmo tempo, sem resultados a curto/médio prazo. (Candida Melo - Alemanha)

3.2.2 – Na lista de prioridades, e bem assim, no plano de actividades, deverão elencar-se os projectos, seus prazos de execução, pessoas responsáveis e devido acompanhamento. A criação de lobbies e redes de contacto (networking) é fundamental e deve ser consistente para reforçar a nossa visibilidade (Sara Tavares – Austrália)

3.2.3 – A reunião em Lisboa, sendo a primeira reunião anual desta CT, poderá muito provavelmente relevar-se pela criação de contactos e redes de contactos destinados a “ouvir, mais do que agir” na primeira instância, no sentido de se conhecerem as realidades e se identificarem prioridades. (Márcia Sousa – EUA).

3.2.4 – Será importante estabelecer a ordem de prioridades, mas há que primeiro elencá-las segundo os objectivos determinados. Poderíamos começar por estabelecer e definir em Fevereiro pelo menos 3 prioridades. (Rui Barata – França).

3.2.5 – Uma das acções a serem consideradas prioritárias deverá ser a respeitante aos problemas e dificuldades referentes ao recenseamento eleitoral, nomeadamente no tocante ao necessário recenseamento automático. (Maria Fátima De Pontes – Venezuela e Candida Melo (Alemanha).

3.2.6 – Outro importante trabalho a considerar será o de reuniões e contactos com os partidos parlamentares, à semelhança do que a anterior CT realizou, havendo para isso que solicitar a colaboração do Sérgio Tavares, membro da CT cessante (J. Duarte – Brasil).

3.2.7 – Outro assunto a investigar e integrar no PA será o respeitante ao aumento dos deputados da emigração com um possível contacto exploratório com a entidade da tutela. Deverá também priorizar-se uma reunião com o Ministério das Finanças. (Maria Fátima De Pontes – Venezuela).

4. Discussão sobre as respostas dadas pelo Presidente do Conselho Permanente às recomendações enviadas no mês de novembro 2024

4.1- Em função da resposta do Presidente do CP às nossas recomendações, fica registado o seguinte:

4.1.1- 1º parágrafo – Decide-se que em futuras reuniões se deverá convidar o Presidente do CP a estar presente.

4.1.2- 2º parágrafo – Anotado. Acompanhamento pela CT a ser feito em Março.

4.1.3- 3º parágrafo – Anotado. Os conselheiros que ainda não responderam deverão comunicar ao Rui Barata sobre a sua resposta.

4.1.4- 4º parágrafo – Anotado.

4.1.5- 5º parágrafo – Numa consulta à Lei 66-A, não nos parece que este preceito figure na lei, pelo que solicitamos que nos esclareça qual o articulado que estipula o dever do conselheiro de enviar nota informativa com os seus contactos para o consulado ou embaixada.

4.1.6 - 6º parágrafo – Anotado. Iremos encaminhar esta matéria ao Conselheiro Fernando Campos, da Venezuela. Quanto à sua preocupação em não transformar uma nota de solidariedade num manifesto político partidário, e ideológico, importa salientar que não é essa a nossa intenção. O intuito é o de mostrar o nosso apoio, compreensão, empatia e solidariedade pelas dificuldades vividas pela comunidade lusa naquele país, num gesto de compaixão que transcende barreiras políticas e ideológicas, visando compartilhar uma humanidade comum. De resto, cumpre-nos aludir que esta recomendação se insere no mesmo espírito do texto subscrito na página 4 do Relatório Global de Atividades do CP/CCP para o período de 2016-21. Reproduzimos a seguir a parte do texto acima aludido, conforme publicado no site do CP.

“.....de solidariedade à sociedade venezuelana, notadamente à nossa Comunidade Portuguesa radicada nesse país, em decorrência dos graves problemas sociais e humanitários que se abateram sobre essa nação.”

4.1.7 – Último parágrafo – Anotado.

5. Outros Assuntos

5.1 – Ficou confirmada a data da reunião com o STCD, na plataforma virtual, e marcada para o dia 4 de Fevereiro, 2025, às 21h00, hora de Lisboa. (Márcia Sousa – EUA).

5.2 – Alguns membros desta CT (Sara Fernandes e Maria Fátima De Pontes), alertaram para o facto de ainda não terem recebido o seu cartão de conselheiro, facto que deverá ser encaminhado para a SECP.

6. Data da próxima reunião com proposta de alteração do dia da semana para as futuras reuniões.

6.1 Atendendo às dificuldades devidas à diferença horária dos fusos horários, ficou decidido que as futuras reuniões deverão realizar-se às Sextas-Feiras e à mesma hora (21h00 de Lisboa) afim de se acomodar a participação de todos os membros desta CT.

6.2 – A próxima reunião, sob plataforma virtual, irá realizar-se no próximo dia 14 de fevereiro, Sexta-Feira, às 21h00 de Lisboa.

A reunião terminou às 23h15 (hora de Lisboa)

Presidente - Rui Ribeiro Barata - França

Secretário - Alexandre dos Santos - África do Sul